

TRABALHO DOS GESTORES ESCOLARES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DO TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Josilene Maria de Oliveira - Mestranda PPGEd/UFCG

josilene.lene@hotmail.com

Andréia Ferreira da Silva - Docente UFCG

silvaandreia@uol.com.br

Introdução ao problema

O texto apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado, em andamento, que vem analisando como os gestores de escolas de ensino médio, da rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco, compreendem o Termo de Compromisso e Responsabilidade (TCR) e seus principais desdobramentos para a organização escolar e para o trabalho do gestor. A assinatura deste Termo, renovada a cada ano, contempla as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) a serem alcançadas por cada escola.

O presente artigo, como recorte da pesquisa maior, examina o TCR, situando-o no conjunto das políticas de *accountability* na educação estadual pernambucana, que contempla o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), o IDEPE, o Termo de Compromisso e Responsabilidade (TCR), o Bônus de Desempenho Educacional (BDE) e o Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE). O texto é resultado de revisão bibliográfica e do estudo de documentos legais e normativos. Inicialmente, apresenta revisão de literatura que examina as contribuições de autores, tais como Afonso (2000, 2009 e 2012), Freitas (2012), Silva (2016), que analisam o gerencialismo na educação, as políticas de *accountability*, suas características e ênfases, bem como seus desdobramentos para o setor educacional. Em seguida, examina o Termo de Compromisso e Responsabilidade, com a discussão das funções atribuídas ao gestor, os pressupostos e os processos de responsabilização, de prestação de contas e de intensificação do trabalho do gestor. Por fim, as considerações finais acerca dos análises apresentadas.

O estudo visa contribuir para uma maior compreensão das iniciativas de *accountability* na educação brasileira, e pernambucana, e de seus impactos na escola e,

mais especificamente, no trabalho do gestor escolar, considerando que a maioria das pesquisas tem se debruçado sobre o trabalho do docente.

Desenvolvimento

O Gerencialismo na educação e as políticas de *accountability*

As iniciativas externas de avaliação da educação escolar segundo Silva (2016) vêm-se fortalecendo no país, a partir dos anos 1990, em um contexto de redefinição da atuação do Estado marcado pelas teses neoliberais, que propõem a atuação estatal mínima no setor econômico e nas políticas sociais, por meio da defesa da liberdade de mercado e opondo-se à noção de direitos sociais. A partir de então, as políticas públicas adotaram o modelo de administração pública gerencial.

Para Afonso (2000), as políticas de *accountability* são constituídas por três pilares: avaliação, prestação de contas e *responsabilização*, que vêm se constituindo, na política educacional de vários países, como mecanismos de regulação da qualidade do setor. Ainda segundo Afonso (2012), as políticas de *responsabilização*, no setor da educação, tem sido, predominantemente, tomadas, pelos governos, como panaceia para a resolução do problema da qualidade da educação pública. Estas medidas, implicitamente, contém e dão ênfase às consequências ou imputações negativas e estigmatizantes às escolas e seus profissionais.

O pilar da *responsabilização* para Afonso (2009) sintetiza outras dimensões: não apenas as que se referem à imputação de responsabilidades e à imposição de sanções negativas, mas também a assunção autônoma de responsabilidades pelos atos praticados; a persuasão; o reconhecimento informal do mérito; a atribuição de recompensas materiais ou simbólicas, ou outras formas legítimas de (indução de) *responsabilização*.

Freitas (2012) destaca que os efeitos perversos dessa política de *accountability* no Brasil trazem consequências negativas tais como: o estreitamento curricular; o acirramento de uma competição entre profissionais e escolas; fraudes que são cometidas no sentido de garantir os resultados esperados; aumento da segregação socioeconômica no território e mesmo dentro da escola; precarização da formação do professor, destruição do sistema público de ensino e a ameaça à noção liberal de democracia.

Análise do Termo de Compromisso e Responsabilidade

No Estado de Pernambuco, as políticas de *accountability* foram se contextualizando a partir da implementação do Programa de PMGP-ME. Uma delas é o Termo de Compromisso e Responsabilidade. Este documento traz os índices de desempenho das escolas, as metas a serem cumpridas e as atribuições dos gestores para a melhoria dos resultados, configurando o princípio de quase mercado, que de acordo com Afonso (2000) representa a introdução da lógica de mercado como orientação para o setor público.

Ao analisar as metas presentes no referido termo verificam-se nos itens 2- Das obrigações da Secretaria de Educação do Estado e 3- Das obrigações da equipe da direção escolar, as atribuições da Secretaria de Educação e dos gestores das escolas. Observa-se que a quantidade obrigações dos gestores são oito enquanto as da Secretaria são quatro.

Dentre as quatro atribuições da Secretaria de Educação do Estado está a de avaliar e regular o processo. As obrigações dos gestores no TCR consistem em: 1- cumprir diretrizes da legislação federal e estadual; 2- desenvolver o projeto político pedagógico e o plano de ação democraticamente; 3- fortalecer os órgãos colegiados; 4- implantar a matriz curricular; 5-promover um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento profissional do corpo docente; 6-assegurar as condições para a inserção de dados no SIEPE; 7-atualizar do Portal Educação em Rede; e 8- cumprir todos os prazos e procedimentos para a prestação de contas (PERNAMBUCO, 2012).

O item 4 do TCR apresenta as metas da escola pactuadas do IDEPE, onde são informados, em tabela, o índice alcançado, o projetado e o esforço da escola para sua obtenção. Os itens seguintes referem-se à necessidade da mobilização dos professores com relação à melhoria do desempenho no SAEPE, ao BDE, à participação dos estudantes na avaliação e a vigência do Termo (PERNAMBUCO 2012).

O TCR, documento em que os gestores se comprometem com o cumprimento das metas e a melhoria do IDEPE (PERNAMBUCO, 2012), representa a descentralização e transferência das responsabilidades para as unidades escolares. O Estado assume o papel de avaliador e as responsabilidades pela “melhoria da

aprendizagem”, compreendida como elevação dos índices recaem sobre o gestor e as escolas.

Considerações finais

As análises apresentadas neste texto apontam, em linhas gerais, as políticas de *accountability* que vêm sendo implantadas e consolidadas na educação do Estado de Pernambuco, desde a implementação do Programa de Modernização da Gestão Pública - Metas para a Educação no ano de 2008. Observa-se que o Termo de Compromisso consiste em uma importante ferramenta para a implantação desta política ao buscar comprometer o gestor, e a própria escola, para o alcance das metas do IDEPE e para o cumprimento das ações definidas neste termo. Deste modo, o Termo parece estar se constituindo em mecanismo de regulação da organização da escola e do trabalho do gestor, contribuindo para o alinhamento da instituição escolar às orientações da Secretaria de Educação. É importante destacar que, o compromisso da escola, e do gestor, em relação a esta iniciativa só pode ser compreendido considerando-se os outros instrumentos que objetivam implantar a gestão por resultados na educação pernambucana, o BDE e o SIEPE.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação Educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Políticas avaliativas e *accountability* em educação: Subsídios para um debate iberoamericano. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 09, p.57-70. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Infor%20Andrade/Downloads/Políticas_educativas_e_aaccountability_em_educacao_.pdf> Acesso em 10 Jun.2018.

_____. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.33, n.119, p. 471-484, abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a08v33n119.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Revista Educação & Sociedade*, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun., 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Estado de Educação. *Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar: Políticas de responsabilização educacional (Módulo XII)*. Recife, 2012.

SILVA, Andréia Ferreira da. Políticas de *accountability* na educação básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* . v. 32, n.2, p.509–526 maio/ago.2016. Disponível em:<

file:///C:/Users/Infor%20Andrade/Downloads/59520-277386-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 06 Set. 2018.